1. Introdução

1.1 O Projeto

Encontra-se em desenvolvimento no Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social—SEADS, o Projeto *Avaliação e Aprimoramento da Política Social no Estado de São Paulo,* com financiamento externo do Banco Interamericano de Desenvolvimento--BID. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento--PNUD é a agência especializada que assessora a SEADS na execução do Projeto, administrando parte dos recursos do mesmo.

O objetivo geral do Projeto é melhorar a eficiência e a efetividade da Política de Assistência Social do Estado de São Paulo e dos projetos de assistência, promoção e desenvolvimento social, mediante apoio ao desenvolvimento institucional da Rede de Proteção Social do Estado de São Paulo.

O Projeto tem como objetivos específicos:

a) coletar, sistematizar e promover o uso da informação sobre beneficiários, projetos e instituições para garantir a gestão integrada da rede social;

b) apoiar a efetiva descentralização dos projetos sociais estaduais;

c) definir e aplicar um sistema de monitoramento e avaliação das ações e projetos de desenvolvimento social;

d) divulgar os projetos, ações e resultados da Política de Assistência Social.

Visando promover maior compreensão sobre os efeitos que programas governamentais podem surtir nas condições sócio-econômicas de famílias e indivíduos pobres residentes na Região Metropolitana de São Paulo--RMSP, a SEADS pretende contratar, no âmbito do Projeto, a realização de uma pesquisa de impacto, cujo objetivo é avaliar os efeitos conjugados de programas de transferência de renda, quando combinados com outros programas sociais federais, estaduais e municipais) direcionados à população de baixa renda.

A execução dessa pesquisa, a análise dos seus dados e a redação dos relatórios resultantes serão encomendadas a uma instituição com experiência comprovada na área de políticas sociais, desenho e execução de pesquisas e/ou economia aplicada.

ASSESSORIA JURÍDICA VISTO

1.2 Contexto Sócio-econômico

Fernando Barbieri
Assessor Jurídico
PNUD - BRASIL

Composta por 39 municípios (1), a Região Metropolitana de São Paulo--RMSP concentra cerca de dezenove milhões de habitantes, mais da metade deles residente na cidade de São Paulo, a Capital do Estado.

É eminentemente urbana, predominando nela estabelecimentos prestadores de serviços (44,5%) e de comércio (37,8%). Apenas 16,8% dos estabelecimentos são industriais, mas empregam um quarto da mão de obra. E 20,1% dos trabalhadores estão vinculados à administração pública (Emplasa, 2002; www.emplasa.sp.gov.br).

Desde o final dos anos 80, seu progresso social tem sido acentuado, ao mesmo tempo em que sofre com a contração do mercado de trabalho e as oscilações do nível de renda e de incidência da pobreza que tem caracterizado o país. Em conseqüência, a heterogeneidade e as desigualdades sociais resultam características marcantes da RMSP. A desigualdade de renda é alta e cresceu nos anos 90, como registra o Índice de Gini --que subiu de 0,53 (1992) a 0,58 (2002).

Os indicadores sociais básicos variam quando se observa municípios, realidades intra-municipais ou agrupamentos (clusters) de municípios. Em termos regionais médios, os indicadores de Educação Fundamental e os de Saúde tendem a mostrar comportamentos positivos.

Muitos indicadores se diferenciam por grupos de famílias, pois são diversos os níveis de vulnerabilidade social a que elas estão expostas. Precariedade e risco social se concentram em determinados grupos sociais (como famílias jovens com filhos jovens), em certos indicadores sociais básicos (como baixa escolaridade de jovens e adultos ou restrita cobertura da Educação Infantil) e em aspectos das condições de vida (como moradia e violência).

Pelo Índice Paulista de Responsabilidade Social--IPRS (elaborado pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados—Seade, www.seade.gov.br), assim se classificam os municípios:

O *Índice Paulista de Vulnerabilidade Social—IPVS* (Seade, 2004), considerando as condições intra-municipais (segundo os distritos censitários) (2), registra mais de 2 milhões de residentes metropolitanos vivendo em situação de alta vulnerabilidade (1,3 milhão na Capital e 1,6 milhão nos demais municípios da RMSP). Também expõe a convivência de realidades socialmente muito díspares: por exemplo, na Capital habitam também 1,4 milhão de pessoas com nenhuma vulnerabilidade social.

---

1. Arujá, Barueri, Biritiba-Mirim, Caieiras, Cajamar, Carapicuiba, Cotia, Diadema, Embu, Embu-Guaçu, Ferraz de Vasconcelos, Francisco Morato, Franco da Rocha, Guararema, Guarulhos, Itapecerica da Serra, Itapevi, Itaquaquecetuba, Jandira, Juquitiba, Mairiporã, Mauá, Mogi das Cruzes, Osasco, Pirapora do Bom Jesús, Poá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Salesópolis, Santa Isabel, Santana do Parnaíba, Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, São Lourenço da Serra, São Paulo, Suzano, Taboão da Serra e Vargem Grande Paulista.

2. Qualifica os distritos censitários de cada município segundo as dimensões socioeconômicas --renda e escolaridade dos chefes de família-- e ciclo de vida futura (idade média da família e existência de crianças com até quatro anos).

ASSESSORIA JURÍDICA VISTO

Fernando Barbieri
Assessor Jurídico
PNUD - BRASIL

Índice Paulista de Responsabilidader Social—IPRS-, **Municípios da RMSP**

Grupo 1 - nenhuma vulnerabilidade social: **São Caetano do Sul, Santana de Parnaíba, São Paulo, Santo André, São Bernardo do Campo, Osasco, Caieiras, Ribeirão Pires, Mogi das Cruzes, Carapicuíba;**

Grupo 2 – vulnerabilidade muito baixa: dimensão socioeconômica média ou alta e famílias idosas: **Barueri, Cotia, Embú-Guaçu, Taboão da Serra, Mairiporã, Vargem Grande Paulista, Jandira, Guararema, Guarulhos, Diadema, Arujá, Cajamar, Itapecerica da Serra, Mauá, Suzano, Embu, São Lourenço da Serra, Itapevi, Juquitiba;**
Grupo 3 – vulnerabilidade baixa: famílias jovens e adultas com dimensão socioeconômica alta e famílias adultas com dimensão socioeconômica média: **Poá;**
Grupo 4 – vulnerabilidade média: famílias jovens, com dimensão socioeconômica média: **Ferraz de Vasconcelos, Pirapora do Bom Jesus, Rio Grande da Serra, Salesópolis;**
Grupo 5 - vulnerabilidade alta: famílias adultas e idosas, com dimensão socioeconômica baixa: **Franco da Rocha, Santa Isabel, Biritiba-Mirim, Itaquaquecetuba, Francisco Morato.**

Perfil social resumido da população da RMSP

- com cerca de dezenove milhões habitantes e uma taxa de urbanização da ordem de 94%, a RMSP concentra quase metade da população do Estado de São Paulo,
- 51,8% são mulheres e 48,2 % são homens;
- 26 % têm menos de 14 anos, 45% têm entre 15 e 39 anos, enquanto 8% têm mais de 65 anos;
- a taxa de analfabetismo é de 5,5%;
- menos de um terço das crianças (28,34%) freqüentam o Ensino Infantil, enquanto 96,5% (7-14 anos) freqüentam o Ensino Fundamental e 53,26 % (15-17 anos) o Ensino Médio;
- na população de mais de 15 anos, cerca de 63,5% concluíram o Ensino Fundamental , enquanto 57,3% concluíram o Ensino Médio;
- a *taxa de mortalidade infantil* até 5 anos é de 23,17 por 1000 nascidos vivos e a *Esperança de Vida* é de 70,66 anos;.
- entre 98 e 99% dos domicílios urbanos contam com coleta de lixo, água encanada e energia elétrica.

Fontes: Seade 2000, Emplasa 2006 para população total da RMSP.

No tocante a trabalho, renda e indicadores de pobreza, na RMSP aproximadamente 17% das famílias registram rendimentos de até dois salários mínimos, enquanto 9,2% têm rendimentos de até um salário mínimo. Cerca de 21% das crianças e jovens com até 14 anos de idade concentram-se em famílias que ganham até dois salários mínimos (Seade, 2000).

Em todo o Estado, entre os 50 municípios com mais alta taxa de desemprego, 22 pertencem à RMSP([3]). Mas o desemprego ocorre de modo desigual: afeta mais aos não-brancos; às mulheres; aos que não completaram o segundo grau, seguidos dos que não completaram o primeiro; e aos mais jovens (entre 10 e 24 anos).

Habitação e saneamento básico estão entre os aspectos mais negativos da condição de vida metropolitana: favelas, cortiços e outras formas improvisadas de habitação apresentam

ASSESSORIA JURÍDICA PNUD VISTO

[3]. São eles: Barueri, Embu-Guaçu, Taboão da Serra, Caieiras, Guarulhos, Suzano, Diadema, Carapicuiba,. Ribeirao Pires, Poa, Sao Lourenco da Serra, Itapecerica da Serra,. Cajamar, Aruja, Maua, Francisco Morato, Ferraz de Vasconcelos, Embu, Itapevi, Rio Grande da Serra, Itaquaquecetuba e Franco da Rocha (F. SEADE, 2003).

Fernando Barbieri
Assessor Jurídico
PNUD - BRASIL

taxas de participação (no total de domicílios) mais altas que as médias do Estado. O serviço de esgoto é inadequado em 10,69% dos domicílios da RMSP, afetando 27 de seus 39 municípios, e o abastecimento de água em 3,46% dos domicílios.

Desde os anos 80, as mortes por causas violentas ou externas concentram-se significativamente na RMSP, que apresentou média de óbitos por agressão mais alta que a paulista (9,54%). No Estado, dentre os 24 municípios que apresentavam índice de óbitos por agressão superior a 10%, 16 pertenciam à RMSP.

2. Objetivos e Escopo da Avaliação

2.1 Objetivos

A pesquisa visa fortalecer a capacidade da SEADS de apoiar avaliações e estudos sobre políticas sociais, bem como promover intercambio e disseminação de informações e análises que subsidiem a tomada de decisões em políticas sociais.

O objetivo central da pesquisa é avaliar se, ao se distribuir às mesmas famílias pobres e seus membros (isoladamente) uma cesta de programas complementares, para além de programas de transferência de renda que recebam, gera-se algum "valor agregado" – e em qual combinação e extensão.

Este objetivo geral é mais complexo, portanto, do que o de uma avaliação de impacto padrão, porque procura identificar o valor conjugado de múltiplas intervenções, aí incluídas as condicionalidades dos programas de transferência de renda. Diferencia-se das avaliações realizadas até 2006, sobre programas como *Progresa* (México), *Red de Protección Social* (Nicarágua), Programa de *Asignación Familiar* (Honduras) e *Bolsa Família* (Brasil), pois nestas se buscou medir unicamente os impactos da transferência de renda.

A pesquisa parte da hipótese de que os impactos sobre a pobreza tendem a ser mais positivos quando, ao programa de transferência monetária, somam-se outros programas sociais --e que tais impactos dependem ou se relacionam, de algum modo, com o nível de conhecimento e o comportamento dos beneficiários.

A pesquisa busca responder à seguinte questão: que efeitos se verificam quando a família (ou alguns de seus membros isoladamente), além da transferência de renda, recebe também um, vários ou todos dos seguintes tipos de programas: educação, atendimento em saúde, programas de alimentação/nutrição, programas sócio educativos para crianças e adolescentes, educação de jovens e adultos, programas de capacitação ou treinamento para jovens ou adultos, etc.?

ASSESSORIA JURÍDICA VISTO

Fernando Barbieri
Assessor Jurídico
PNUD - BRASIL

2.2 Escopo

A pesquisa consistirá de um painel de duas ondas, realizado por meio de dois *surveys* (pesquisas domiciliares) a serem feitos em dois momentos distintos. Seu desenho deverá permitir a comparação de um grupo de controle e de um grupo de tratamento, ambos construídos a partir de uma seleção entre famílias pobres da Região Metropolitana de São Paulo.

Programas que serão avaliados:

Os programas de transferência de renda a serem considerados são: *Bolsa Família* (Federal), *Renda Cidadã* (Estado de São Paulo) e *Renda Mínima* (Prefeitura da Cidade de São Paulo).

Bolsa Família (www.mds/gov.br/bolsafamilia)--**Iniciado em 2003, a partir de fusão de quatro programas([4]) já existente, promove transferência direta de recursos para famílias com rendimento mensal per capita de até R$120,00([5]). O benefício básico é de R$60,00 e o variável chega a R$15,00 por filho de até 15 anos, com um limite de R$45,00. O órgão responsável é o Ministério do Desenvolvimento Social, mas são os municípios que localizam e cadastram as famílias. As condicionalidades são: obrigatoriedade de freqüência à escola por parte de crianças e adolescentes, acompanhamento de saúde da família e participação em ações governamentais de educação alimentar. Não existe prazo máximo de permanência no programa, desde que a família cumpra as condicionalidades e os critérios de elegibilidade. O benefício é pago por meio de cartão magnético da Caixa Econômica Federal.**

Renda Cidadã (www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br) --**Instituído em 2001, pela Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social--SEADS do Governo do Estado de São Paulo, promove transferência direta de renda à população em risco social no Estado. Beneficia famílias com renda mensal per capita de até R$ 100,00, com prioridade para as com mulheres chefes de família. O valor do benefício é de R$60,00 mensais, pagos por cartão magnético da Nossa Caixa. As famílias são localizadas e cadastradas pelas Prefeituras. Em contrapartida ao benefício, a família deve participar de ações desenvolvidas pelos municípios, comprovar matrícula e freqüência escolar dos filhos de 6 a 15 anos e manter carteira de vacinação atualizada de filhos com até 7 anos. O período de permanência no programa é de 12 meses, podendo ser prorrogado, mediante avaliação, até o prazo máximo de 24 meses.**

Renda Mínima (http://portal.prefeitura.sp.gov.br) **Instituído em abril de 2001, por lei municipal, o programa paulistano garante que famílias com renda inferior a meio salário mínimo *per capita* residentes há 2 anos, no mínimo, no município de São Paulo e com**

ASSESSORIA JURÍDICA

---

[4] **Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio Gás e Cartão Alimentação.**

[5] **Famílias com renda atá R$ 60,00 são incluidas automáticamente, as com renda entre R$60,00 e R$120,00, só são beneficiadas se tiverem entre seus membros mulheres grávidas ou amamentando, crianças e adolescentes entre 0 e 15 anos.**

Fernando Barbian
Assessor Jurídico
PNUD - BRASIL

filhos e/ou dependentes legais de até 15 anos de idade recebam uma bolsa mensal em dinheiro para mantê-los na escola. O valor pago é relativo ao rendimento informado, indo de R$28,00, para quem ganha meio salário mínimo, até R$360,00, para os que não tem nenhuma renda. Essa complementação monetária da renda familiar está associada à freqüência escolar (de 85%) dessas crianças e adolescentes e a procedimentos de saúde. A cada 24 meses de permanência no programa, a Prefeitura de São Paulo chama os beneficiados para atualizar as informações. Se permanecerem as condições que deram direito ao ingresso no programa, a família tem o benefício renovado por outros 12 meses.

Os programas complementares a serem considerados são:

Condicionalidades **previstas por esses programas de transferência de renda, como freqüência escolar e procedimentos de saúde;**

Programas públicos complementares **(federais, estaduais e municipais), como os de distribuição de alimentos, de educação especial, de capacitação profissional para jovens e adultos, auxílios para melhorias habitacionais, contra turno escolar e inclusão digital.**

3. Metodologia

A metodologia a ser utilizada deve vir detalhada na proposta técnica, bem como as razões para esta escolha. Precisam ser obrigatoriamente abordadas as seguintes questões: procedimentos para estabelecer o tamanho e o desenho da amostra; identificação e tamanho relativo dos grupos de tratamento e de controle, dos substitutos e eventuais estudos de caso; descrição de indicadores a serem utilizados na avaliação e suas respectivas fontes; identificação de instrumentos a serem utilizados nas coletas de dados e estratégia para sua realização.

A metodologia proposta deve estar de acordo com padrões utilizados internacionalmente, tais como *Análise de Impacto Social e de Pobreza* (*Poverty and Social Impact Analysis*) e outras utilizadas no âmbito de organismos internacionais.

Sugere-se a utilização de métodos quantitativos e qualitativos, uma vez que se pretende avaliar impactos monetários e não monetários da conjugação dos programas, assim como componentes subjetivos relativos a atitudes, auto-estima, acesso a informação, aspirações das famílias e seus membros, relações de gênero e poder de barganha intra-familiares.

A metodologia deve também considerar a influência da estratégia da implementação dos programas nos impactos a serem analisados, assim como os mecanismos de transmissão entre programas e os resultados pretendidos. Deve descrever as dimensões dos impactos a serem avaliados e as razões desta escolha. A título ilustrativo, sugere-se a consideração das dimensões listadas no quadro a seguir:

ASSESSORIA JURÍDICA Visto

Fernando Barbieri
Assessor Jurídico
PNUD - BRASIL

Quadro I, Dimensões de Impacto

Dimensões	Componentes	Exemplos de variáveis ou *proxies*
RENDA FAMILIAR	- **Montante;** - ***Gap* de pobreza;** - **Variações ao longo de um período;** - **Suficiência/ Insuficiência: freqüência com que enfrenta crises/dificuldades ao longo de um período de tempo.**	- **Posição da família em relação à linha de pobreza;** **-Inadimplência em relação a pagamento de luz/ água;** **-Variações na vulnerabilidade/ instabilidade da renda.**
TRABALHO / EMPREGO	- **Situação no emprego;** - **Salário;** - **Conciliação trabalho remunerado / atividade doméstica por parte das mães;** - **Trabalho infantil.**	**-Estar ou não empregado; retorno ao emprego após ficar desempregado; primeiro emprego;** - **Instabilidade no emprego;** - **Redução do trabalho infantil.**
CONSUMO DOMICILIAR	- **Gastos correntes;** - **Investimento na habitação.**	- **Gastos com:** **Alimentação,** **Aluguel,** **Vestimenta,** **Remédios,** **Transporte,** **Equipamentos domésticos,** **Lazer;** - **Melhorias habitacionais.**
NUTRIÇÃO (CRIANÇAS E JOVENS)	- **Antropometria.**	**Variações de peso e medidas em crianças e adolescentes; posição na escala nutricional, IMC.**
EDUCAÇÃO (CRIANÇAS E JOVENS) (CONDICIONALIDADE 1)	- **Matrícula;** - **Freqüência;** - **Progressão escolar.**	
SAÚDE	- **Condição de saúde de crianças e adolescentes;** - **Utilização dos serviços de saúde.**	- **Mortalidade infantil; doenças infantis; risco nutricional etc.;** **-Cartão de Saúde; uso dos**

ASSESSORIA JURÍDICA Visto

Fernando Barbieri
Assessor Jurídico
PNUD - BRASIL

(CONDICIONALIDADE 2)		serviços de saúde (crianças, jovens, mães e nutrizes)
BEM-ESTAR E QUALIDADE DE VIDA	-Bem-estar emocional, físico e material; -Relações inter-pessoais; -Posições de gênero e de poder na casa; -Estratégia familiar p/ maximizar benefícios; -Auto-estima; -Participação política e social; -Inclusão social; -Direitos.	

O desenho da amostra deve permitir que análises subseqüentes possam atribuir causalidade às múltiplas intervenções complementares aos programas de transferência de renda. Para assegurar que o diferencial observado seja produto dos efeitos do(s) programa(s) e que houve tempo suficiente para que este(s) pudesse(m) surtir efeito: as famílias devem ser acompanhadas por um período de 21 (vinte e um) meses.

Em termos gerais, a amostra requer, para os dois grupos selecionados, famílias as mais similares possíveis, que se diferenciem apenas pelo número e tipo de programas complementares de que são beneficiarias. Os procedimentos para identificar os grupos de controle e de tratamento devem estar claramente explicitados na proposta técnica.

O tamanho da amostra deve ser definido de maneira a assegurar que haja variação suficiente no recebimento de diferentes combinações de programas complementares entre as famílias e permitir procedimentos adequados de substituição de participantes do painel, se necessário. Estimativas estatísticas da capacidade amostral de evitar falso positivo e/ou falso negativo devem ser feitas com base no grau previsto de cobertura dos programas complementares nos municípios. A natureza estratificada do desenho da amostra também afeta a confiabilidade estatística e deve ser considerada no cálculo do tamanho da amostra.

É importante assegurar que todas as famílias possuam características que cumpram com os critérios de elegibilidade do programa, e que não houve nenhum "fator não intencional" que possa ter levado algumas famílias a terem acesso aos benefícios.

A amostra deve ter como base o *Cadastro Pró-Social* [6] --base de dados digital pertencente à SEADS que contem informações dos beneficiários dos programas de transferência de renda no Estado de São Paulo-- e outros bancos de dados disponíveis.

---

[6]. O *Cadastro Pró-Social* contém informações sobre os mais relevantes programas sociais da SEADS vigentes em 2006 no Estado de São Paulo. Através de um sistema de interface, este banco de dados permite também acessar dados referentes às famílias beneficiárias e elegíveis do *Programa Bolsa-Família*, e parte do *Renda Mínima* da Prefeitura de São Paulo.

ASSESSORIA JURÍDICA Visto

Fernando Barbieri
Assessor Jurídico
PNUD - BRASIL

A Consultora selecionada para executar a avaliação será responsável por toda a coleta dos dados e deve sugerir, na proposta técnica, a estratégia mais apropriada para sua realização. Esta estratégia deve englobar também procedimentos para garantir o controle e a qualidade dos dados, particularmente no que se refere à antropometria. A proposta técnica também deve apresentar uma lista de indicadores a serem obtidos junto a órgãos vinculados aos programas municipais.

A proposta financeira deve incluir o custo de toda a coleta de dados, abrangendo treinamentos de pesquisadores, processamento eletrônico dos dados e implementação de medidas que assegurem seu controle de qualidade.

4. Descrição dos Produtos

O Quadro II provê uma lista dos produtos a serem entregues à Unidade de Gerenciamento do Projeto (UGP) pela contratada, como parte da avaliação de impacto, considerando as duas rodadas de coleta de dados com os grupos de beneficiários e de controle.

Todos os produtos devem ser entregues em 03 (três) exemplares idênticos, devendo ainda ser acompanhados por uma apresentação em *Microsoft PowerPoint* contendo os principais itens de conteúdo do respectivo produto.

Quadro II: Produtos e Prazos de Entrega

Produtos	Prazos de Entrega
Plano de trabalho	Duas semanas após a assinatura do contrato.
Escopo, Plano Metodológico e Instrumentos de Coleta de Dados da Pesquisa Domiciliar	Até o término do 5 º mês após a assinatura do contrato.
Treinamento de pesquisadores	Durante o 5 º mês após a assinatura do contrato.
Relatório sobre a primeira rodada de *survey* (linha de base), apresentando e analisando os resultados, inclusive a adequação do grupo de controle e a viabilidade potencial de resultados	Até o término do 11 º mês após a assinatura do contrato.
Relatório sobre o *Workshop* 1 (oficina de trabalho) sobre os resultados da primeira rodada do *survey*.	Até o término do 11 º mês após a assinatura do contrato.
Termos de Referência de estudos qualitativos emergidos da análise da primeira rodada do *survey* e do *workshop 1*.	Até o término do 12 º mês após a assinatura do contrato.
Relatório sobre a segunda rodada de *survey* (dados quantitativos	Até o término do 20 º mês após a assinatura do contrato.

ASSESSORIA JURÍDICA VISTO

Fernando Barbieri
Assessor Jurídico
PNUD - BRASIL

Produtos	Prazos de Entrega
significativos preliminares)	
Relatório final, comparando as duas rodadas do *survey*, incluindo produtos do *Workshop* 2, inclusive Termos de Referência dos estudos qualitativos emergidos dos resultados finais.	Até o término do 21º mês após a assinatura do contrato.

Os relatórios parciais e final a serem entregues devem estar estruturados da seguinte maneira:

- ✓ **Página de Rosto;**
- ✓ **Lista de abreviações;**
- ✓ **Índice, incluindo anexos;**
- ✓ **Sumário Executivo;**
- ✓ **Introdução – antecendentes e contexto do programa;**
- ✓ **Descrição dos programas a serem avaliados, lógica subjacente e fatores externos que possam ter afetado os resultados;**
- ✓ **Propósito da Avaliação;**
- ✓ **Perguntas chave e escòpo da avaliação e informação sobre as limitações dos resultados;**
- ✓ **Abordagem metodológica;**
- ✓ **Análise dos Resultados;**
- ✓ **Sumário e explicação da análise e interpretação dos resultados;**
- ✓ **Conclusões;**
- ✓ **Recomendações;**
- ✓ **Lições aprendidas, generalizações possíveis, alternativas;**
- ✓ **Anexos, incluindo CDROM com todos os microdados coletados.**

4.1. Plano de Trabalho

Detalhamento de procedimentos para programação, execução, acompanhamento e controle da pesquisa, contendo: descrição dos arranjos e controles institucionais, critérios de acompanhamento das etapas do trabalho, identificação das principais atividades operacionais e os respectivos responsáveis pela sua execução, bem como a determinação do fluxo de tais atividades dentro do contexto da pesquisa.

ASSESSORIA JURÍDICA Visto

Fernando Barbieri
Assessor Jurídico
PNUD - BRASIL

4.2. Plano Metodológico

Cinco meses após a data de efetivação do contrato, a instituição deve entregar à UGP o *Plano Metodológico*, no qual detalha o desenho da avaliação de impacto. Este Plano, baseado na proposta de avaliação apresentada e escolhida, descreve em maior profundidade as técnicas e instrumentos de pesquisa a serem utilizados para cada componente. Algumas das questões metodológicas a serem incluídas neste Plano são: tamanho e desenho da amostra --incluindo o tamanho relativo dos grupos de tratamento e controle--; grau de significância, estimativa estatística da capacidade amostral de evitar falsos negativos e/ou positivos, metodologia para identificar grupos de tratamento e de controle, e desenho de estudos de caso com necessidade já detectada. O relatório também deve incluir descrição e especificação dos indicadores a serem utilizados na avaliação, acompanhados de suas respectivas fontes, e identificação de cada instrumento usado na coleta dos dados.

4.3. Treinamento de pesquisadores

Relatório sobre o(s) treinamento(s) realizado(s), incluindo descrição do local, da carga horária, do número de treinados, do material produzido e distribuído e outros elementos relevantes referentes a esta atividade.

4.4. Relatório do primeiro *survey* (quantitativo e qualitativo)

Este relatório apresenta os principais resultados verificados na linha de base (primeiro *survey*) e a descrição dos grupos de tratamento e de controle. Aponta também demandas detectadas para estudos qualitativos complementares ao *survey*, para análise no *workshop* previsto e eventual inclusão no âmbito do Projeto.

4.5. Relatório do Segundo *Survey* (Sobretudo Quantitativo)

O Relatório sobre a segunda rodada de *survey* apresenta os resultados quantitativos verificados nesta etapa da pesquisa, bem como aponta novas demandas de estudos qualitativos.

4.6. Relatório Final

Alem da consolidação dos dados coletados nos dois *surveys* e sua avaliação final, este relatório apresentará uma análise do impacto produzido pela cesta de programas sociais oferecidos, inclusive na atitude e no comportamento dos beneficiários. Sempre que o tamanho da amostra o permitir, serão efetivadas análises por subgrupos (gênero, idade, etnia, estrutura familiar).

ASSESSORIA JURÍDICA Visto

Fernando Barbieri
Assessor Jurídico
PNUD - BRASIL

4.7. Workshops.

A instituição deve promover e coordenar no mínimo 2 (dois) workshops com os funcionários da UGP, do Comitê Consultivo, do BID e outros parceiros preferenciais, incluindo membros do governo e agências doadoras. O primeiro workshop trabalhará os resultados do primeiro survey (da linha de base), enquanto o segundo (e último) apresentará os impactos encontrados, baseando-se nos dois surveys realizados.

A instituição fica encarregada de produzir e expor o material técnico necessário para os workshops e, posteriormente, de gerar uma síntese dos resultados destas oficinas de trabalho.

A SEADS fornecerá o local e equipamentos (microfone, áudio, projetor e tela de projeção) para a realização dos workshops, mas a Consultora contratada será responsável pela confecção dos materiais a serem distribuídos, coffee-break e todo outro item de despesa, incluindo equipamentos extras (DVD e TV, por exemplo), que julgue necessários para realizar as oficinas.

No tocante aos *workshops*, eles devem ser planejados pela instituição em estreito contato com a UGP --no tocante à exposição prevista, à dinâmica de trabalho, ao agendamento, aos equipamentos necessários e à lista de convidados--, para que esta possa organizar o evento adequadamente. O conteúdo básico e os produtos gerados seguem a mesma sistemática dos demais previstos em contrato.

5:Da Equipe Técnica

5.1 Equipe Chave

A Equipe Chave deverá ser composta por:

Quantidade	Especialidade	Áreas de Competência Técnica e Profissional Exigida
1	Coordenador	Pesquisador sênior com mais de 15 (quinze) anos de experiência profissional comprovada no campo de avaliação de políticas públicas e programas sociais.

ASSESSORIA JURÍDICA
VISTO

Fernando Barbieri
Assessor Jurídico
PNUD - BRASIL

Quantidade	Especialidade	Áreas de Competência Técnica e Profissional Exigida
2	**Profissional Sênior em Sociologia/Ciência Política**	**Com pelo menos 10 (dez) anos de experiência comprovada em avaliação de programas e políticas sociais, preferencialmente junto a organismos internacionais, embora este último não seja um critério excludente.**
1	**Profissional Sênior em Estatística**	**Com pelo menos 10 (dez) anos de experiência comprovada em avaliação de programas e políticas sociais, preferencialmente junto a organismos internacionais, embora este último não seja um critério excludente.**
1	**Profissional Sênior em Economia**	**Com pelo menos 10 (dez) anos de experiência comprovada em avaliação de programas e políticas sociais, preferencialmente junto a organismos internacionais, embora este último não seja um critério excludente.**

ASSESSORIA JURÍDICA Visto

Fernando Barbieri
Assessor Jurídico
PNUD - BRASIL

5.2 Equipe de Apoio

Fica a critério do Consultor, sendo sugerido:

a) Secretária;
b) Programador/Analista de Sistemas:
c) Assistentes de Pesquisa e Informática;
d) Aplicadores de campo.

6. Local de Execução dos Serviços

Os serviços serão executados na sede da Consultora e nos locais citados nestes Termos de Referência.

7. Prazo de Execução dos Serviços

Os serviços serão executados em um prazo total de 21 (vinte e um) meses, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço (OS) pelo Contratante, conforme o cronograma de execução sugerido apresentado a seguir.

ASSESSORIA JURÍDICA
Visto

Fernando Barbieri
Assessor Jurídico
PNUD - BRASIL

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO SUGERIDO

MESES AÇÕES/ PRODUTOS	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21
Fase 1: Validação do Plano de Trabalho																					
Plano de Trabalho	■																				
Fase 2: Elaboração e Validação do Escopo, do Plano Metodológico e dos Instrumentos de Pesquisa																					
Escopo da Pesquisa	■	■																			
Plano Metodológico e Instrumentos de Pesquisa	■	■	■	■	■																
Fase 3: Primeira Rodada da Pesquisa Domiciliar: Linha de Base e Workshop																					
Treinamento de pesquisadores					■																
Pré-teste da pesquisa						■															
Coleta de dados em campo						■	■	■													
Processamento e análise dos dados coletados								■	■	■											
Relatório Primeiro *Survey*											■										
Workshop 1 sobre os resultados do *survey*											■										
Fase 4: Elaboração e Validação de Termos de Referência para Estudos Qualitativos Decorrentes da Primeira Rodada de Pesquisa Domiciliar																					
TORs de Estudos Qualitativos											■	■									
Fase 5: Segunda Rodada de Pesquisa Domiciliar																					
Ajustes amostrais e dos instrumentos									■	■											
Coleta de dados em campo															■	■	■				
Processamento e análise dos dados coletados																	■	■	■		
Relatório segundo *survey* (principais dados quantitativos)																				■	
Fase 6: Elaboração e Validação do Relatório Final após Workshop 2																					
Worshop 2																			■	■	
Relatório Final																	■	■	■	■	■

Fernando Barbieri
Assessor Jurídico
PNUD - BRASIL

ASSESSORIA JURÍDICA